

Diálogos sobre os desafios do ensino de geografia em áreas de fronteira

Ana Gláucia Seccattoⁱ 

Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil

Resumo

As discussões sobre as temáticas referentes à fronteira tendem a remeter a contextos conflitantes, como sendo regiões marcadas pelo tráfico e contrabando. Porém, as regiões fronteiriças não se resumem a simplesmente a esses contextos, elas são palco cotidianamente de trocas e mobilidades de pessoas, culturas e línguas que no contato com o diferente se multiplicam e dão vida as dinâmicas dos espaços fronteiriços. O ensino em áreas de fronteira enfrenta muitos desafios, tendo em vista que os alunos que estudam em escolas em regiões fronteiriças podem ser tanto do “lado de cá” ou “de lá” da fronteira, e por esses motivos carregam consigo diferenças étnicas e culturais que não podem ser ignoradas no ambiente de aprendizado. Considerando que Mato Grosso do Sul tem significativa áreas em região de fronteira, realizaremos nesse artigo uma reflexão sobre os desafios enfrentados pela escola e pelos educadores no seu fazer pedagógico nessas áreas.

Palavras-chave: Escola. Brasil-Paraguai. Interculturalidade.

Dialogues on the challenges of teaching geography in border areas

Abstract

Discussions on thematic issues marked the tendency to refer, as conflicting regions for trafficking and smuggling. However, as border regions are not limited to these contexts, they are daily exchanges and mobility of people, cultures and languages that are not in contact with the different, multiply and life as dynamics of border spaces. Teaching in border areas faces many challenges, given that students who study in schools in border regions can be either “this side” or “there” of the border, and for these reasons carry with them ethnic and cultural differences. that cannot be ignored in the learning environment. Considering that Mato Grosso do Sul has a significant article in areas of challenges that do not make its school and pedagogical work areas in this region.

Keywords: School. Brazil-Paraguay. Interculturality.

1 Introdução

Imensas são as trocas em termos de cultura e costumes ou questões de ordem política, social e econômica que interferem na vida das populações da fronteira. Os limites visíveis e invisíveis da fronteira marcam as identidades

personais, étnicas e nacionais que são produzidas através de uma divisão de territórios, de culturas, de identidade, de nacionalidade, ordens, desordens e de diversidades que fazem parte dessas regiões. Os ambientes de ensino são espaços em que se afluem com maior intensidade as diferenças, por meio das relações entre várias formas e expressões culturais marcadas pela diversidade de pessoas que se encontram nestes espaços em busca de aprendizagem.

2

Frente a essa realidade, a educação escolar em áreas de fronteira se mostra cheia de desafios, tendo em vista que os alunos que estudam em escolas em regiões fronteiriças podem ser tanto do “lado de cá” ou “de lá” da fronteira, e por esses motivos carregam consigo diferenças étnicas e culturais que não podem ser ignoradas no ambiente de aprendizado.

Assim sendo, considerando que Mato Grosso do Sul tem significativas áreas em região de fronteira, o presente texto tem por objetivo realizar uma reflexão teórica sobre os desafios enfrentados pela escola e pelos educadores no seu fazer pedagógico nas áreas de fronteira, com um enfoque mais especificamente sobre a fronteira Brasil-Paraguai. Visamos com esta reflexão fomentar os diálogos sobre a importância da perspectiva intercultural na sociedade contemporânea e contribuir para a construção de uma educação que considere os princípios de igualdade e respeito às multiplicidades que se afluem na escola.

2 Metodologia

As reflexões construídas no presente texto, tem como base a pesquisa bibliográfica; desta forma, para a construção do embasamento teórico do trabalho, foram realizadas uma revisão bibliográfica com discussões e diálogos a partir das contribuições de vários teóricos, como a autora Terenciani (2011) que realizou pesquisas sobre a interculturalidade e o ensino de geografia em escolas de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e também, Albuquerque (2010), Mota (2009), Fleuri (2003) e dentre outros que norteiam nossa fundamentação teórica e enriquecem nossa discussão sobre as possibilidades em busca de uma educação que assuma a

perspectiva intercultural que de fato promova o respeito e a igualdade de direitos e valorização das diversidades étnicas e culturais.

3 Resultados e Discussões

3.1 Algumas reflexões sobre o ensino de geografia na fronteira

3

As discussões sobre as temáticas referentes à fronteira tendem a remeter a contextos conflitantes, como sendo regiões marcadas pelo tráfico, contrabando e comércio ilegal. Porém, as regiões fronteiriças não se resumem a simplesmente a esses contextos, elas de fato envolvem complexas questões sociais e políticas, mas também, são palco cotidianamente de choque, trocas e mobilidades de pessoas, culturas, línguas e crenças que no contato com o diferente se multiplicam e dão vida as dinâmicas dos espaços fronteiriços.

Nesse sentido, a fronteira também não se reduz a simplesmente a limites territoriais, para o autor Raffestin (2005, p.10) “a fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso”, segundo o referido autor, pensar a fronteira apenas como limite político-administrativo é um pensamento simplista e pobre, que não abarca a complexidade e multiplicidade de significações que o termo carrega. Para a autora Yamashita (2013) a fronteira está em uma condição diferente de limite tendo em vista que limite é um referencial fixo, estabelecido por relações de ordem e poder. Em contraposição, a fronteira pode ser entendida como móvel e indefinida, justamente por não respeitar limites estabelecidos” (YAMASHITA, 2013, p.49).

Partindo desta ideia de que a fronteira não é fixa, pois são fluxos e mobilidades de culturas, de nacionalidade, ordens e desordens que entram em contato e transitam nas regiões fronteiriças, as identidades nacionais dos indivíduos também não são fixas, tendo em vista que elas são construídas cotidianamente através das relações e das experiências sociais, então, por estarem a todo o momento vivenciando e entrando em contato com o diferente, os indivíduos que

vivem em zonas fronteiriças sempre estão num constante processo de construção de suas identidades nacionais” (ALBUQUERQUE, 2010).

Diante do emaranhado de questões que envolvem os espaços fronteiriços, destacamos que no ambiente de ensino elas não podem ser deixadas de lado, ou trabalhadas apenas em datas comemorativas, tendo em vista que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) quando se relaciona ao ensino de Geografia traz a seguinte redação:

4

[...] a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (BRASIL, 2018, p. 359).

Desta forma, a BNCC reafirma a importância do estudo da Geografia escolar para a valorização das culturas e das identidades dos estudantes, seus estudos visam possibilitar que o educando busque o seu lugar no mundo, valorizando a sua individualidade, mas também respeitando a diversidades encontrados no território brasileiro, que sejam conscientes de que o povo brasileiro é composto por muitas histórias e manifestações culturais, e que se desenvolvam como um cidadão ativo, democrático e solidário.

Assim sendo, levando em conta que o Brasil é um país de dimensões continentais devido a sua grande extensão, ele faz fronteira com vários países sul-americanos, temos então, uma grande parte do território em zona fronteiriça, e esse contexto necessita fazer parte dos ambientes de ensino, sendo considerados e refletidos dentro das salas de aula.

Para Terenciani (2011) no ensino de Geografia é possível trabalhar com os alunos os temas referentes às fronteiras levando em consideração as especificidades e peculiaridades de cada região, através da categoria de “lugar”, para a referida autora, é através do estudo do lugar, das vivências cotidianas que se torna possível que os professores trabalhem os temas referentes às fronteiras dentro de suas peculiaridades no ambiente escolar.

Isto posto, ao se trabalhar com a categoria de lugar dentro do ambiente de ensino, a escola e a sala de aula se tornam locais de debates e de possibilidades de reflexão e compreensão sobre os assuntos relacionados às diversidades, fazendo com que os alunos sintam a valorização de sua personalidade, destacando temas presentes em seu cotidiano, possibilitando a construção do respeito à diversidade étnica e cultural existente no Brasil.

5

Convém ser ressaltado nestas discussões, as dificuldades de se trabalhar os temas sobre a fronteira em sala de aula, isto porque são questões ligadas aos preconceitos e as discriminações que tanto se fazem presente dentro e fora dos ambientes de ensinos, não sendo restrito a apenas as regiões fronteiriças, pois o ambiente escolar sempre foi espaço de circulação de bullying e preconceitos entre os alunos, e a vida em sociedade, de uma forma geral no Brasil e no mundo, também sempre foi marcada por relações desses tipos, causadas pelas diferenças, seja elas étnicas, físicas ou entre classes sociais.

Nas regiões fronteiriças especificamente nas fronteiras entre o Brasil com o Paraguai, são os mais diversos preconceitos e discriminação sofridos pela população paraguaia, para a autora Terenciani o povo paraguaio é historicamente discriminado seja dentro ou fora das áreas fronteiriças, são muitas as associações e concepções de que tudo que se relaciona ao Paraguai é ilegal e falsificado (TERENCIANI, 2011).

Além disso, o povo Paraguai é constantemente chamado de povo “preguiçoso”, sendo muitas dessas associações advindas do fato de eles serem vistos como povos descendentes de indígenas, que também são povos estereotipados como “preguiçosos”, assim, a partir dessas associações são construídos estigmas em relação aos índios no Brasil que são direcionados aos paraguaios de uma maneira genérica (ALBUQUERQUE, 2010).

O autor Albuquerque (2010) salienta que os brasileiros têm uma visão cristalizada dos habitantes dos países vizinhos, e desta forma, vai se construindo e reproduzindo essas concepções e associações da nação paraguaia com a nação indígena, criando estereótipos sobre a comunidade paraguaia, como já foi mencionado o fato de serem vistos por alguns brasileiros como “povo preguiçoso” e

que não gosta de trabalhar, não levando em consideração que a cultura, a tradição e as vivências deles são diferentes das nossas, não evidenciando que são povos preguiçosos, mas que são portadores de outra noção de tempo de trabalho e de costumes, que não é porque é diferente das dos brasileiros ou de outras nacionalidades, devem ser estereotipados como preguiçosos.

Ainda com base nas discussões teóricas feita por Albuquerque (2010) há sempre algumas distinções presentes em questões relacionados à fronteira como dos “bons” e “ruins”, “o de cá é bom ou de lá é ruim”, esse são exemplos de disputas simbólicas nesses espaços.

No ambiente escolar essa realidade não é diferente, segundo Terenciani (2011, p.155), “na escola, os alunos não querem ser paraguaios, não querem ser chamados de paraguaios, enfim, não querem ser relacionados a nada que remeta ao ser paraguaio, pois isso implica características que justifiquem sua inferioridade”. Neste contexto, as mídias exercem uma poderosa função na difusão dos estereótipos e preconceitos sobre o Paraguai, criando no imaginário popular estigmas sobre essas regiões, como sendo terra sem lei, e espaço de ilegalidades, narcotráficos e assassinatos, e assim, os alunos já chegam às salas de aulas com seus pré-conceitos construídos.

No que tange aos desafios enfrentados pelas escolas, referentes aos problemas com as diferenças linguísticas, as maiores dificuldades encontradas pelos educadores em áreas fronteiriças, são principalmente em fase de alfabetização, tendo em vista que as escolas brasileiras na fronteira com o Paraguai recebem vários alunos que falam apenas o guarani ou o espanhol, e que passam por enormes dificuldades nessa etapa escolar, principalmente se o professor não dominar além da língua portuguesa também a língua espanhola e a guarani.

Frente ao exposto, e a partir do entendimento de que as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos em termos linguísticos são nas séries iniciais, pois são impostos a eles, que eles devem falar e escrever em português, nos outros anos da educação escolar os desafios são outros, como por exemplo, os preconceitos, apelidos e estereótipos sobre os alunos paraguaios. No que se refere ao ensino de Geografia, as problemáticas além da existência do preconceito em sala

de aula, são postos aos educadores também outros desafios, relacionados principalmente a simplificação da fronteira como sendo meramente limite territorial entre dois países, ou sua existência considerada apenas nas datas simbólicas e folclóricas.

A partir das contribuições da autora Terenciani (2010), percebemos que através do estudo do lugar, e levando em consideração as vivências cotidianas dos alunos é possível se trabalhar com as questões fronteiriças não se restringindo a apenas a essas temáticas de limites territoriais e de comemorações folclóricas. Assim sendo, o professor pode trabalhar diversas questões fronteiriças dentro de sala de aula, atribuindo a essas discussões questões do cotidiano dos alunos, de modo que suas aprendizagens aconteçam de forma significativa e que o educando se perceba enquanto construtor ativo de seus conhecimentos.

Assim, a partir de práticas pedagógicas que levam em consideração o cotidiano dos alunos dentro dos ambientes de ensino, podem-se derrubar as barreiras existentes entre brasileiros e paraguaios, porém, Terenciani (2010) também salienta que para que isso ocorra é necessário que os educadores acabem com seus próprios preconceitos sobre o país vizinho e o seu povo, para que desta forma, ao passo que não houver mais preconceitos ao menos pelo lado dos professores em sala de aula, será possível começarmos a trilhar o caminho em busca de uma perspectiva intercultural nos ambientes de ensino.

3.2 Perspectiva intercultural na educação

O ambiente de ensino é composto pelos mais diversos tipos de sujeitos que carregam consigo diferenças étnicas e culturais, sendo em áreas fronteiriças esse cenário mais diversos e dinâmicos ainda, no campo da educação fica claro a necessidade de se haver uma educação pautada na perspectiva intercultural que tem “como ponto de partida o respeito pelas outras culturas, superando as falhas de relativismo cultural, ao defender o encontro, em pé de igualdade, entre todas elas” (MOTA, 2009, p.1).

Para o autor Fleuri (2003) a interculturalidade envolve uma complexidade de relações entre múltiplos sujeitos e diferentes perspectivas políticas e

epistemológicas que acontecem em diversos contextos sociais. No campo da educação, a perspectiva intercultural para o referido autor é entendida como a relação construída entre os diferentes sujeitos de forma tensa e intensa, criando contextos dinâmicos e interativos com as diferentes culturas, nesses contextos “os diferentes sujeitos desenvolvem suas respectivas identidades, torna-se um ambiente criativo e propriamente formativo, ou seja, estruturalmente de movimentos de identificação subjetivos e socioculturais (FLEURI, 2003, p.32). Desta forma, a interculturalidade é uma perspectiva que busca respeitar e integrar de forma que não anule as diferenças, mas que nesse processo elas sejam ativadas e possibilitem o desenvolvimento das identidades, criando contextos interativos e significativos.

Para Tubino (2004) a interculturalidade não se resume ao campo escolar (do bilinguismo, dos conteúdos e das práticas pedagógicas), pois esse é apenas um dos campos que ela deve atuar, para o autor a interculturalidade tem que ser ética-política, e promover a integração de todas as relações sociais:

La interculturalidad no es un concepto, es una manera de comportarse. No es una categoría teórico, es una propuesta ética. Más que una idea es una actitud, una manera de ser necesaria en un mundo paradójicamente cada vez más interconectado tecnológicamente y al mismo tiempo más incomunicado interculturalmente. Un mundo en el que los graves conflictos sociales y políticos que las confrontaciones interculturales producen, empiezan a ocupar un lugar central en La agenda pública de las naciones (TUBINO, 2004, p.3).

Assim sendo, percebemos que a perspectiva intercultural em educação não pode ser trabalhada separada da problemática social e política presente nos diversos contextos, pois tal perspectiva não surge somente por razões pedagógicas, mas também por motivos culturais, étnicas, políticos e sociais que são mediados por relações de poder e marcados por contextos conflitantes.

Corroborando com esta discussão, Candau (2008) relata que a perspectiva intercultural deve “promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais” (CANDAU, 2008, p. 23), assim o autor salienta que esta perspectiva pode contribuir para a construção de

uma sociedade mais igualitária, onde as “diferenças sejam dialeticamente incluídas” (CANDAU, 2008, p. 23).

Desta forma, para que professores e alunos trabalhem juntos sob uma perspectiva intercultural em uma sociedade composta por diversidades étnicas e culturais, é necessária uma mudança na postura e na forma de representar e reconhecer o “outro” e a sua cultura, abandonando os preconceitos e as discriminações, e abrindo-se para o diálogo e conhecimento do “outro” do “diferente”, essa perspectiva propõe não apenas tolerar o “outro”, mas se recriar nas relações com ele.

Assim, perante a esta realidade, o papel e os desafios postos a escola e aos professores são os de enfrentarem essas dificuldades e promoverem nos processos educativos verdadeiramente a perspectiva intercultural, tendo por base o reconhecimento do direito da diferença e lutando contra todas as formas de preconceitos, discriminações e inferiorização das minorias étnicas; promovendo na sala de aula um ambiente de ensino que permita ao educando construir seus conhecimentos de maneira ativa e crítica, reconhecendo sua identidade cultural e respeitando as diversidades que se emergem nesses espaços, no encontro com o “outro” com o “diferente”, compartilhando suas experiências e participando das compartilhadas pelos demais colegas, possibilitando desta forma, um ambiente de ensino que valorize e desenvolva a interação e reciprocidade entre as diferenças.

4 Considerações finais

Frente a esta reflexão sobre o papel da educação em uma sociedade cada vez mais de caráter multicultural, o ensino de Geografia principalmente em áreas de fronteira se mostra carente, considerando as limitações encontradas no espaço escolar, onde a fronteira na maioria das vezes só é trabalhada em determinadas datas comemorativas, como se ela fosse um fato isolado no calendário escolar, não fazendo parte do cotidiano dos alunos que moram nesses espaços, fato que já foi averiguado em várias pesquisas científicas, assim como de Terenciani (2011).

Assim pensando, por meio das contribuições de Terenciani (2011) percebemos as possibilidades de se utilizar do estudo do lugar como categoria de análise nas aprendizagens geográficas, buscando possibilitar aos estudantes trazer para as discussões realizadas em sala de aula suas vivências no seu espaço local. E no caso de escolas em espaços fronteiriços, o estudo do lugar podem despertar nos alunos o contato e a interação com a fronteira e com os diferentes povos, culturas, nacionalidades e hábitos dos dois lados, permitindo a análise sobre essa diversidade, como elas se representam no local e influenciam na organização e (re) produção do espaço geográfico, contribuindo assim, para diluir as barreiras existentes nos espaços fronteiriços de preconceito e estereótipos ao tido como “diferente”.

É oportuno frisar, que o desafio de promover uma educação intercultural não se pauta a determinadas populações específicas, como é o caso das escolas situadas em zonas fronteiriças, como se somente nestas regiões fossem necessário e exigido o esforço de reconhecimento e valorização das diferenças culturais e étnicas entre os indivíduos, de fato, nessas áreas essa necessidade se mostra de forma mais latente; no entanto, atualmente é necessário ampliar esse enfoque fazendo com que a educação intercultural atinja e seja considerada como um princípio norteador, teórico e prático dentro de todos os ambientes de ensino, levando a valorização e reconhecimento recíproco das diversidades étnicas e culturais de, e entre todos.

Referências

ALBUQUERQUE, José L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablume, 2010, p. 33-58.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

CANDAU, Vera M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In. MOREIRA, Antonio F.; CANDAU, Vera M. (Orgs.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis: Vozes, 2008, p. 13-37.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago. 2003, n. 23, p.16-35.

MOTA, Carlos. **Notas sobre educação intercultural e cidadania**. UTAD, Nov. 2009.

TUBINO, Fidel. (s/d). **Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico**. Red internacional de Estudios interculturales. 2004.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org). **Territórios sem limites** – estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 09-15.

YAMASHITA, Ana Cristina. Construindo Brasilidades – O desafio de olhar, entender e perceber o sertão e as fronteiras “para dentro”. In: GONÇALVES, Karoline B.; SILVA, Fernandes. (Orgs) **Fronteiras e Fronteiriços**. Eumed.net, 2013.

TERENCIANI, Cirlane. **Interculturalidade e ensino de Geografia em escolas na fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul**. 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

ⁱ **Ana Gláucia Seccatto**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2756-6568>

Universidade Federal da Grande Dourados; Faculdade de Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1400781874844398>

E-mail: anag_seccatto@hotmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SECCATTO, Ana Gláucia. Diálogos sobre os desafios do ensino de geografia em áreas de fronteira. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.